

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL-NOTURNO

Vitória Parodes Rodrigues

**ARTICULAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA ESTUDANTES COM
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Santa Maria, RS
2023

Vitória Parodes Rodrigues

**ARTICULAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Educação Especial.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sabrina Fernandes de Castro

Santa Maria, RS
2023

Vitória Parodes Rodrigues

ARTICULAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Licenciada em Educação Especial**.

Aprovado em 19 de janeiro de 2023:

Sabrina Fernandes de Castro, Dr.^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Francieli Padilha, Ms. (UFSM)

Gabriela Brutti Lehnhart, Ms. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

A todas as pessoas que me ajudaram a crescer: Nida e Paulinho - e a minha grande família estendida, meus tios, minha avó, mulher revestida de resiliência. Meu exemplo de coragem e força.

Ao amor da minha vida, meu amado filho, Heitor. Ser de luz, com quem por muitas vezes escrevi este trabalho em meus braços.

E por fim, Henrique, que me acompanha nessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela dádiva da minha vida.

Gratidão aos meus pais, que são minha essência, sempre acreditaram e possibilitaram a minha educação.

Gratidão ao Heitor, minha gotinha preciosa, que me impulsiona ainda mais a acreditar na educação.

Gratidão ao Henrique, que trilhou junto comigo esta intensa jornada.

“Uma síndrome é um conjunto de sintomas que caracteriza uma doença” (Zingarelli)

“Como pode uma pessoa que precisa construir para si uma dimensão social do EU, partir para o mundo, e depois, mover-se nele rotulada como ‘um conjunto de sintomas’? É como obrigá-la a ‘ser’ sua doença, em vez de si mesmo”. (MONTORBIO; IEPRI, 2007, p. 44).

RESUMO

ARTICULAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

AUTORA: Vitória Parodes Rodrigues
ORIENTADORA: Sabrina Fernandes de Castro

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), foi um marco importante para a atuação da Educação Especial e para o movimento de inclusão. Uma vez que garante a transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior. No contexto mundial, práticas inclusivas vêm sendo pensadas e discutidas. Esta pesquisa visa responder os objetivos de analisar, verificar, as articulações pedagógicas da instituição, esse processo aconteceu em duas maneiras. Em forma de entrevistas e questionários. Essas questões vieram responder como aconteceu o processo de inclusão de alunos com Deficiência Intelectual na Educação Profissional e Tecnológica. Os dados da entrevista foram gravados, com autorização dos participantes, depois foram transcritos, logo anexados em um banco de dados no arquivo digital. Como sujeitos deste estudo estiveram participando: professores, técnica em assuntos educacionais e coordenadora do projeto. Foram quatro participantes do sexo feminino e um do sexo masculino. Todos são servidores da instituição pesquisada. O tempo de atuação desses profissionais no colégio tem variação de 11 a 35 anos. Como lócus de pesquisa a Educação Profissional Tecnológica, em uma instituição pública na região central do Rio Grande do Sul. Como análise de dados foi utilizado eixos categoriais, a fim de discutir os objetivos da pesquisa. Que mostrou que a inclusão é um processo, e passa por desafios. Alguns professores mostram-se resistentes em realizar adaptações, outros buscam auxílio para fazer. A pesquisa mostra de forma positiva o processo de inclusão de alunos com Deficiência Intelectual na instituição pesquisada, com articulações pedagógicas, entre a Direção de Ensino, professores e a Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED), contando com o apoio do projeto, com atuação de bolsistas junto, desses alunos.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência Intelectual. Educação Profissional Tecnológica.

ABSTRACT

PEDAGOGIC ARTICULATIONS FOR STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN OCUPATIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

AUTHOR: Vitória Parodes Rodrigues
ADVISOR: Sabrina Fernandes de Castro

The Nacional Politic of Special Education in the Perspective of an Inclusive Education (2008), was an important milestone for the performance of Special Education and the inclusive movement. Since it can guarantee the transversality of the special education from preschooler's/kindergarten education to the academic education. In global context, the inclusive practices have been thought and discussed. This search tries to answer the objectives of analysis, verify the pedagogic articulations from the institution, this process happened on two ways. By interviews and question writing. Those questions come to answer how happened the process of inclusion to students with Intellectual Disability in the Occupational and Technological Education. The data of the interview were recorded with authorization from the participants, then were transcribed, and so on indexed in a bank of data in the digital archive. As subjects of the study there were participating: teachers, technician in educational topics and coordinator of the project. There were four female participants and one male. All of them are servers on the searched institution. The time of actuation of those professionals in this school, goes from 11 to 35 years. As locus of the search the Occupational and Technological Education, in a public institution on the central region of Rio Grande do Sul, Brazil. As analysis of data was used categorical lines, in terms of discuss the objectives of the search. That shows the inclusion is a process, and goes per challenges. Some teachers look resistant to do adaptation, and some others looks for help to do it. The search shows in a positive way the process of inclusion of students with intellectual disability at the searched institution, with pedagogic articulations, between Teaching Management, teachers and the Educational Topics Coordination (CAED), counting with the support of the project, with the acting of the scholarship holders next to those students.

Keywords: Education. Special Education. Intellectual Disability. Occupational Technological

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Resultados obtidos na Plataforma CAPES	15
QUADRO 2 - Alguns dos artigos encontrados na temática, da EPT e da DI	16
QUADRO 3 - Participantes da pesquisa	22
QUADRO 4 - Eixos temáticos	23

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAED	Coordenação de Assuntos Educacionais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF/88	Constituição Federal de 1988
DI	Deficiência Intelectual
EE	Educação Especial
EPT	Educação Profissional Tecnológica
LDB	Lei de Diretriz de Base
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	11
2	INTRODUÇÃO	12
3	REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	17
3.2	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	18
4	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	20
4.1	TIPO DE PESQUISA	20
4.2	CUIDADOS ÉTICOS	20
4.3	LOCAL DE REALIZAÇÃO DE ESTUDO	21
4.4	INSTRUMENTO DE PESQUISA	21
5	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	23
5.1	RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
5.2	PROCESSO DE INCLUSÃO NA EPT	24
5.3	INCLUSÃO: UM DESAFIO PARA OS DOCENTES	28
5.4	IMPORTÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E CAED	29
5.5	ARTICULAÇÕES PEDAGÓGICAS E ADAPTAÇÕES	32
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS	37
	APÊNDICE A - QUESTÕES DA ENTREVISTA	40
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	41

1 APRESENTAÇÃO

Prazer, sou Vitória Parodes Rodrigues, tenho 23 anos, sou graduanda de Educação Especial, ingressei no 2º semestre de 2018, na Universidade Federal de Santa Maria.

Inicialmente gostaria de expressar minha gratidão por, estar em uma Universidade Pública, na qual é um grande privilégio. Uma vez que venho de uma família humilde e a sendo a primeira filha a estar em uma Universidade. A UFSM me proporciona um sonho pessoal e profissional. Chegando até aqui como diz na música do Cidade Negra- Estrada, foi preciso “percorrer milhas e milhas.” Ou seja, sair de casa com 19 anos, de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, com um sonho. Ser professora! No meio do caminho ganho um presente, meu filho Heitor. Que me trouxe novos horizontes, meu deu coragem, e essa busca de conhecimentos ganhou mais significado. Heitor me mostrou a importância do tempo. A importância do amor e da doação. Com isso quero continuar minha pesquisa, cada vez mais, pois acredito na educação como agente de mudança no mundo. E se a sorte um dia me encontrar quero estar lutando, por um mundo cosmo, de equidades, de sonhos realizados. Estou me tornando educadora especial no contexto do dia a dia, na sala de aula, através de uma palestra/ documentário que assisto, em um artigo que leio, em textos que escrevo. Na vivência com alunos com deficiência, por meio de projetos. Tudo isso me constitui e contribui para minha formação acadêmica e profissional e, também, na minha construção como ser humano.

Este trabalho surge a partir da vivência em um projeto de pesquisa e extensão em uma instituição de ensino técnico profissionalizante. No início do curso de graduação de Educação Especial, no segundo semestre de 2019, participei do edital de seleção para bolsa de ensino e extensão do Colégio Politécnico, no projeto intitulado “**CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS PEDAGÓGICAS QUE VISAM CONTRIBUIR PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO POLITÉCNICO**”, no qual participei, como monitora de alunos com deficiência intelectual.

Desde então, saber e participar de forma ativa da inserção destes alunos, em curso técnico profissionalizante, vem sendo minha busca e pesquisa para melhor atuação da educação especial, para promover a inclusão mediante desafios diários de alunos e professores.

2 INTRODUÇÃO

No contexto mundial, as práticas inclusivas vêm sendo pensadas e discutidas nas modalidades de ensino regular. Essa pesquisa versa sobre a Educação Profissional e Tecnológica, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), junto com outras políticas públicas da Educação Especial (EE), que buscam promover uma Educação de qualidade para todas as modalidades de ensino.

Nessa escrita, tomamos a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como uma modalidade de ensino, que está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e é definida na RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Como citado no seguinte artigo:

Art. 2º A Educação Profissional e Tecnológica é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes.

Outrossim, a engrenagem dos dois direitos sociais, Educação e Trabalho, assegurados no Art. 6º da Constituição Federal de 1988 (CF/88), deve ser consolidada nas práticas educativas.

Pensar na EPT para pessoas com Deficiência Intelectual (DI) é uma questão recorrente, uma vez que carece de políticas públicas efetivas, de práticas pedagógicas eficientes, para que o acesso e permanência nas instituições, sejam efetivadas e que os alunos, público-alvo da educação especial, possam ter seus direitos assegurados enquanto estudantes nos cursos técnicos profissionalizantes.

Justifica-se esse trabalho pelo interesse de descrever em que medida uma instituição federal pública da região central do Rio Grande do Sul, que oferece o Ensino Técnico Profissionalizante, promove a inclusão, através das políticas públicas de acesso e permanência de estudantes com deficiência intelectual. Parte-se de um estudo de caso, qualitativo, buscando conhecer e relatar a efetivação da inclusão, e meios pedagógicos na instituição.

Como vimos, esse processo de inserção de alunos com deficiência vem sendo discutido nas políticas públicas do Brasil. Um breve panorama observamos na CF/88, na qual assegura-se o direito a todos os cidadãos a educação.

A PNEEPEI (2008) foi um marco importante para a atuação da Educação Especial (EE) e para o movimento de inclusão. Uma vez que garante a transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior. Destacando que "na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações da educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para a inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social" .

Transcreve também que a EE se efetiva por promover acesso e permanência dos estudantes. O que envolve ações de planejamentos e organização da acessibilidade, seja arquitetônica, nos sistemas de informações, materiais didáticos e pedagógicos.

Orientado por essa documentação, investiga-se os processos de inserção dos sujeitos nas instituições de ensino. A perspectiva de inclusão nas instituições educacionais no Brasil, que historicamente é excludente, passa por processos gradativamente lentos, embora com políticas públicas de inclusão vigentes. O processo de inserção de alunos público-alvo da EE possui variadas demandas, sejam elas barreiras atitudinais, que se destacam nos meios sociais, ou seja, no próprio âmbito educacional e empregador, no que resulta em exclusão.

Portanto, a questão norteadora deste estudo é: como uma instituição federal pública , com ensino técnico profissionalizante, realiza o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual (DI).

Refletindo e observando as práticas pedagógicas da instituição, o presente trabalho tem como objetivo geral: analisar as ações pedagógicas de ensino, utilizadas nos Cursos Técnicos, para alunos com deficiência intelectual para promover a inclusão em uma instituição pública.

Para tanto, tem-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar ações inclusivas do colégio para a efetivação dos alunos com DI nos cursos técnicos;
- conhecer as alternativas pedagógicas utilizadas com os alunos incluídos no ensino profissionalizante;

- verificar as articulações de ensino, adotadas pelos professores e pela direção de ensino, no Ensino Técnico Profissionalizante.

Essa pesquisa versa então sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual nos cursos técnicos profissionalizantes, focando em conhecer as práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem utilizadas pela instituição e pelos professores.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais teóricos bibliográficos desse estudo tem como base a Constituição Federal de 1988 (CF/88), a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Educação Inclusiva (PNEEPEI).

As buscas por referenciais bibliográficos foram realizadas durante os meses de abril e maio de 2022, na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Após a qualificação do projeto, por sugestão da banca, foi realizada uma nova busca dos artigos publicados nos últimos 10 anos (2012-2022), com os seguintes descritores: 'educação profissional tecnológica e deficiência intelectual' e 'inclusão e ensino técnico profissionalizante'. A fim de selecionar trabalhos que mais se relacionam com a temática, no processo de leitura dos resumos.

A seguir são apresentados os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada na Plataforma CAPES:

Quadro 1 - Resultados obtidos na Plataforma CAPES

Descritores	Artigos	Artigos revisados por pares	Período 2012-2022	Idioma português
Educação Profissional Tecnológica e Deficiência Intelectual	8	2	3	5
Inclusão e Ensino Técnico Profissionalizante	40	13	38	5
Total	48	15	42	10

Fonte: Autora (2023).

Após uma análise da tabela acima, é importante ressaltar que o número de artigos publicados na EPT, referente a pessoas com deficiência teve um ganho significativo nos dois últimos anos.

No quadro a seguir são apresentados três artigos encontrados, em português, na temática da EPT e da DI:

Quadro 2 - Alguns dos artigos encontrados na temática, da EPT e da DI

ANO	TÍTULO	AUTORES
2022	ACESSIBILIDADE PARA ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	Thalita Juliana Boni de Mendonça; Patrícia Moralis Caramori; Carla Ariela Rios Vilaronga.
2022	A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA	Antônio Marcos Soares da Conceição; Veruska Ribeiro Machado.
2022	DIÁLOGOS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	Daniele Pinheiro Volante; Thalita Juliana Boni Mendonça, Carla Ariela Rios Vilaronga.

Fonte: Autora (2023).

A seguir, uma escrita referente às pesquisas realizadas no site da CAPES, após a leitura de resumos, uma análise de trabalhos que foram publicados com a temática da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e pessoas com Deficiência Intelectual (DI).

Mendonça, Caramori e Vilaronga (2022) investigar am o funcionamento e a organização dos Institutos Federais para a escolarização dos alunos com Deficiência Intelectual, junto ao seu ingresso, permanência e certificação. Os resultados obtidos mostraram que os participantes buscam melhorar no quesito inclusão.

Conceição e Machado (2022) corroboram dizendo que, entre os profissionais de Educação Profissional, inclusive existe uma preocupação quanto à formação e, principalmente, quanto à permanência do estudante com deficiência. Desta forma, acredita-se que a qualificação e a capacitação do docente para uma prática de conhecimentos e métodos do campo de trabalho em que atuam torna-se fundamental e vital para a transformação da sociedade.

Os resultados das pesquisas de Vilaronga (2022, p. 19) indicam a relevância de iniciativas de formação continuada nesta temática sugerindo a:

Implementação de cursos de extensão online enquanto espaços formativos para servidores e demais agentes relacionados à escolarização de estudantes com DI na EPT, a fim de proporcionar embasamento teórico e momentos de troca de experiências, discussão e construção de estratégias para acessibilidade e inclusão escolar desses discentes.

Becker (2012) analisou como a discriminação e as limitações das atividades causadas pela deficiência podem afetar a educação e o trabalho. Como resultado, Becker verificou que, de forma geral, pessoas com deficiência intelectual têm um índice alto de evasão na escola e, conseqüentemente, baixa participação no mercado de trabalho.

Lima (2012) buscou compreender a organização e a oferta de educação profissional voltada para pessoas com deficiência (PcD). Os resultados da investigação demonstram que, além do sistema de nove instituições de categoria profissional no Brasil, muitas instituições e Organizações Não Governamentais (ONGs) de apoio à PcD oferecem educação profissional.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Ao longo da história as pessoas com deficiência, tiveram várias maneiras de ser vista pela sociedade, muitas vezes abandonadas, segregadas, vista como uma aberração. Atualmente, a luta é pelo processo de inclusão, de diferentes meios, seja na escola, no mercado de trabalho ou no direito à acessibilidade.

Dentre o público-alvo da Educação Especial encontram-se os alunos com DI, que podem possuir um déficit acentuado na aprendizagem, com ênfase em leitura e escrita, por exemplo. Para esses sujeitos o entendimento de metáforas e assuntos que ficam nas entrelinhas podem ser difíceis. A concepção de DI passa por um histórico, desde uma concepção médica, passando para uma visão psicológica, para depois ser considerada uma concepção mais ecológica e social, com ênfase educacional.

Em 2021 foi lançada a 12ª edição do Manual da AAIDD, na qual considera que a DI tem início antes dos 22 anos, como pode ser observado:

DI é Definição de Deficiência intelectual categorizada por limitações significativas em ambos funcionamento intelectual ¹e no comportamento

¹ Tradução Livre por Eduarda Nunes Mariani Bolson, para o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Especial e Deficiência Intelectual.

adaptativo, expressados em habilidade adaptativa conceitual, social e prática. Essa deficiência origina-se durante o período de desenvolvimento, o qual é definido como operacional antes que o indivíduo atinja 22 anos de idade (SCHALOCK; LUCKASSON; TASSÉ, 2021, p. 01).

A partir dessa concepção de deficiência, podemos compreender como um processo de limitação, no funcionamento intelectual, como capacidade de raciocinar, pensar e planejar. Podem ser atividades básicas que afetam o dia a dia, como: amarrar um cordão do calçado, tomar banho, ter noção de espaço/tempo etc. No entanto, o foco não pode ser nas limitações, mas no potencial de cada sujeito, e nos níveis de apoio, nas questões adaptativas.

3.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Para Lima (2012), o direito ao trabalho é uma das questões mais complexas quando se trata de inclusão, que também é dependente da trajetória pessoal e educativa de cada pessoa. Uma vez que para ter o acesso ao trabalho a dependência de sua trajetória escolar vem à tona. O seu acesso a uma escolarização básica de qualidade, será sedimentada nas suas atividades seguintes, da vida adulta. Levando em consideração as políticas públicas brasileiras, entende-se que a educação inclusiva vem sendo expandida, compreendendo que há necessidade de respeito às diferenças e que educação é um direito de todos.

De acordo com a redação dada pela Lei nº 11.741/2008, a expressão Educação Profissional (Lei nº 9.394/1966), agora definida como Educação Profissional e Tecnológica, estabelece a conjunção dos diferentes níveis ao que tange modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, levando ao desenvolvimento de habilidades para a vida produtiva, conforme em tais artigos:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (BRASIL, 2016)

Nisso consiste em vários documentos que ratificam essa legislação, a CF/88, em seu art. 205, garante que a educação é direito de todos. O Decreto nº 5.296/2004, que regulamentou as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, no seu art, 24, determina que todos os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade público ou privado, proporcionam condições de acesso ao conhecimento. O Decreto nº 6.949/2009 ratifica e assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Outro marco é a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), instituída pelo Ministério da Educação em 2008, nos seguintes termos:

A transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008).

Assim, todos os documentos oficiais asseguram, de forma qualitativa, o acesso a pessoas com deficiência às instituições públicas de ensino.

4 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Será descrito a seguir como a pesquisa foi colocada em prática. Os instrumentos que foram utilizados, determinando assim uma pesquisa que seja eficiente no âmbito da EE em conjuntura com a EPT.

4.1 TIPO DE PESQUISA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de Estudo de Caso, do tipo qualitativa. Segundo Yin (2001, p. 32): “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Também, Dooley (2002) nos refere sobre estudo de caso mencionando que:

Investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objecto ou fenómeno .

Busca-se uma base para descrever os processos pedagógicos que são realizados na instituição de ensino técnico, através da metodologia de estudo de caso. Assim acredita-se que seja possível uma investigação que trará respostas e novos questionamentos no que tange a educação de adultos.

Godoy (1995) considera que a abordagem qualitativa, enquanto método de pesquisa, pode permear por diferentes caminhos, ou seja, não se coloca como uma proposta rigidamente estruturada, possibilitando que as intenções e a reflexão possam levar os pesquisadores a buscar novos enfoques.

4.2 CUIDADOS ÉTICOS

Neste trabalho, que envolve seres humanos, a ética é uma exigência importante. Para tanto foi enviado, para os participantes, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), no qual descreve os objetivos, e a relevância da pesquisa na área da EPT, permitindo que os convidados fiquem cientes de sua participação, que será voluntária e sigilosa.

4.3 LOCAL DE REALIZAÇÃO DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada em uma instituição pública federal de ensino técnico, localizada na região central do Rio Grande do Sul.

4.4 INSTRUMENTO DE PESQUISA

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada a partir de uma entrevista e da aplicação de um questionário de maneira individual, semi-estruturada (Apêndice A) com questões fechadas e abertas. Solicitou-se autorização para que a entrevista fosse gravada em áudio. Com o intuito de identificar como os servidores trabalham e buscam desenvolver o processo de inclusão do alunado com DI, em um curso técnico.

Para a transcrição desse material, utilizou-se da recomendação da transcrição não naturalista. A audição foi realizada em dois momentos: 1. para descrição completa e minuciosa; e 2. para validação da primeira transcrição realizada e exclusão de vícios de linguagem. Dois professores responderam através de entrevista. E os demais participantes por questionário.

Para os autores Triviños (2003) e Manzini (2004), a entrevista se refere às questões básicas de perguntas, com enfoque em atingir o objetivo da pesquisa. Dessa forma, Manzini (2003, p.5) salienta:

[...] que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante.

Ter um planejamento coerente de perguntas, que levem a outros questionamentos pode trazer bons resultados aos objetivos. A partir disso, elaborou-se um roteiro prévio, com quinze questões, buscando, assim, responder as questões desta pesquisa (Apêndice A).

Para Duarte (2005, p. 62), “a entrevista tornou-se técnica clássica de obtenção de informações nas ciências sociais, com larga adoção em áreas como sociologia, comunicação, antropologia, administração, educação e psicologia”.

Com a entrevista acredita ser possível uma coleta de dados de forma a obter informações relevantes para o estudo.

Como sujeitos deste estudo participaram: três professores, técnica em assuntos educacionais e coordenadora do projeto. Foram quatro participantes do sexo feminino e um do sexo masculino. Todos são servidores da instituição pesquisada. O tempo de atuação desses profissionais no colégio tem variação de 11 a 35 anos. Para preservação da identidade dos participantes, serão denominadas por letras e números. Como mostra o quadro a seguir:

Quadro 3 - Participantes da pesquisa

DENOMINAÇÃO	SUJEITOS
P1	Professor
P2	Professora
P3	Professora
TE	Técnica em Assuntos Educacionais
CP	Coordenadora do Projeto

Fonte: Autora (2023).

Os dados coletados por eventos reais, com o intuito de explicar, explorar e descrever fenômenos de inclusão presentes no contexto da instituição de ensino.

5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa, que visa responder os os objetivos de analisar, verificar, as articulações pedagógicas da instituição, aconteceu em duas maneiras. Em forma de entrevistas e questionários. Essas questões vieram responder como aconteceu o processo de inclusão de alunos com DI na EPT. Os dados da entrevista foram gravados, com autorização dos participantes, depois foram transcritos, logo anexados em um banco de dados no arquivo digital. Os participantes que responderam ao questionário tiveram acesso às questões norteadoras através de e-mail. E dois foram entrevistados de encontro presencial.

5.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Destaca-se que, durante este processo de análise, buscou-se compreender os significados no contexto das falas. Segundo Minayo (2012), para compreender é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, e a experiência e a vivência de cada ser humano, levando em consideração o âmbito da história coletiva e sua contextualização, e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere.

Para obtenção de dados foi utilizado o instrumento de pesquisa do tipo categorial, dividido por eixos temáticos. Com o intuito de mostrar maior clareza sobre o resultado da pesquisa. Subdividido em quatro categorias como será descrito n o quadro 4.

Quadro 4 - Organização por eixos temáticos

Processo de Inclusão na EPT
Inclusão: um desafio para os docentes
Articulações Pedagógicas e adaptações
Importância dos profissionais da Educação Especial e Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED)

Fonte: Autora (2022).

5.2 PROCESSO DE INCLUSÃO NA EPT

Essa temática está relacionada à inserção de alunos com Deficiência Intelectual em processo de inclusão na Educação Profissional e Tecnológica. O que representa ser um tema complexo, visto que mesmo com as políticas públicas vigentes no Brasil a efetivação no âmbito educacional e inserção no mercado de trabalho é uma lacuna.

De acordo com Costa (2021, p.23), “A educação inclusiva pode ser entendida como um modelo de ensino contemporâneo que tem como objetivo garantir o direito de todos (as/es) à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, considerando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos”.

Assim, para que espaços educacionais estejam adaptados e em condições de atender todas as demandas que por vezes diferentes alunos possam necessitar é preciso repensar para além das políticas públicas. É também preciso pensar e agir no sentido de profissionais capacitados, seja na formação continuada, com Profissionais da EE, e sobretudo uma gestão que possibilita flexibilizar diante da dificuldade e potencialidade de cada aprendiz.

Teóricos vislumbram as dificuldades e barreiras das mais variadas ordens para implantação de um sistema educacional inclusivo no Brasil, relacionadas seja à organização da sociedade, seus valores hegemônicos, seja aos meios concretamente disponibilizados para sua efetivação (FERREIRA, 2006; CARVALHO, 2004; MENDES, 2010).

A inclusão é abrangente e leva-se em consideração toda a atitude humana frente, ao mover-se para que todos tenham acesso à informação e à educação, de maneira a ser considerada para todos. Para o P1: *“A inclusão tenho pra mim que seria facilitar, promover digamos assim que os alunos tenham aceitação, no curso pelos colegas, pelos professores e que consigam assimilar conhecimentos”*.

Para Gomes (2016), há uma discussão e pesquisas sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiência, porém pouca atenção ao período pós-escola. O público jovem precisa que suas capacidades laborais tenham sido desenvolvidas, para estarem socialmente incluídos no mercado de trabalho. Neste contexto, a escola

como papel primordial tem a função de oferecer recursos que permitam a transição da vida do jovem estudante para a de trabalhador adulto.

Destaque para a legislação brasileira, no Decreto nº 7.611/2011, no artigo 1, incisos V e VI:

V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; (BRASIL, 2011).

Este preparo para a transição de estudantes da escola para cursos profissionalizantes e mercado de trabalho, é uma ação difícil. Quando se fala em alunos com deficiência essas práticas se tornam ainda mais complexas.

P3 fala sobre a inclusão: “A participação de indivíduos em todos os espaços que eles julgarem merecedores de estar; a não distinção educacional das diferenças; a união de esforços para que todos se sintam parte do dito ‘normal’ pela sociedade”.

Para Garcia e Brunnet (2010) a delimitação entre o que pode ser considerado normal e o que deve ser tido como “patológico” é uma questão que gera constantes discussões conceituais. Assim, pode-se concluir que cada indivíduo tem para si a ideia do que se é normal.

Fortes (2005) diz que, é através de Instituições de ensino que ações de combate às atitudes discriminatórias, devem propiciar o desenvolvimento de comunidades integradas, que é a âncora para uma construção de sociedade inclusiva e conseqüentemente conquistar uma realidade educacional para todos.

Inserção de diferentes potenciais nos mais variados âmbitos que compõem a sociedade é uma fonte de desenvolvimento humano para que todos possam ser vistos em sua totalidade, enquanto indivíduo e cidadão.

Quando questionada sobre o que se entende por inclusão, a técnica em assuntos educacionais, denominada TE diz: *“Entendo por inclusão o processo de acesso e permanência dos estudantes no ambiente escolar. A permanência dos estudantes está relacionada ao respeito com os diferentes tempos de aprendizagem de cada um, com empatia, com respeito às diferenças”*.

No ambiente escolar se faz necessário ter ações que ajudem diferentes indivíduos nas mais variadas demandas, que possam ser atendidos de maneira a não ter evasão.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) enfatiza o direito de acesso, reforçando que este deve ser garantido e que, para isso, devem-se promover condições de igualdade para que as pessoas com deficiência alcancem a inclusão social e a cidadania plena (BRASIL, 2015).

No que se refere a igualdade destaca-se que em contrapartida há uma necessidade de olhar a totalidade de cada estudante. Muitas vezes ter o mesmo acesso não é sinônimo de garantia de uma inclusão efetiva. O que nos remete a refletir sobre as equidades, sobre planejamento e desenvolvimento de políticas públicas capazes de desenvolver estratégias que minimizem barreiras, sejam elas decorrentes de questões individuais ou sociais, trata-se de perceber as desigualdades para promover a justiça social.

Segundo Silva (2021) estudantes enfrentam diversas barreiras no processo de acesso e permanência no ensino superior. Isso deve-se ainda às barreiras arquitetônicas, atitudinais, de acessibilidade e muitas vezes, o despreparo de professores para receber os mais variados sujeitos na sala de aula.

Quando perguntado para a professora P2 o que entende por inclusão foi respondido: *“Começou já há alguns anos, de forma muito incipiente mas tem avançado agora principalmente de acordo com a legislação. A necessidade de ter aquela percentual de vagas com esse objetivo e eu acho muito importante (...)”*.

Podemos observar que a inclusão na instituição de ensino, é um processo, a passos que vêm sendo dados conforme as demandas e procura da sociedade. Com a legislação vigente sobre a reserva de cotas, que foi alterada em 2016, refere-se:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2016).

A partir dessa documentação legal a instituição começou a abranger alunos público alvo da Educação Especial que são: Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; Alunos com transtornos globais do desenvolvimento; Incluem-se nessa definição

alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação e alunos com altas habilidades/superdotação.

No entanto, atualmente a Instituição pesquisada tem seis alunos com deficiência intelectual matriculados nos cursos técnicos,. Esta informação é importante uma vez que o professor P1 destaca como um desafio da inclusão: *“(...) por parte dos próprios colegas que tem uma dificuldade de aceitação, mas depende da área no paisagismo não tem problema nenhum. Eu observo que alguns colegas no curso técnico em agropecuária não tem paciência com esses alunos. Esse é o maior desafio tanto dos professores quanto dos colegas e da gestão”*.

O processo de aceitação do que é diferente, do que traz desafios ainda é um paradigma a ser desconstruído, dentro de instituições que formam sujeitos com necessidades especiais, cidadãos. Nesse processo enquanto docente é preciso tirar as pré concepções e adentrar o campo educacional de maneira a navegar. Estar disposto a mudar, conhecer e estabelecer diferentes maneiras de ensinar. Dá trabalho, é um tempo de dedicação. Porém, todo profissional que se dedica à docência precisa ter como característica primordial o reconstruir-se.

Quando questionada sobre o caminho da inclusão na instituição, a Coordenadora diz: *“Percebo como um longo transcurso percorrido, desde o ano de 2004, quando fui designada para fazer um curso de Procedimentos básicos para inserção PNE”*.

E colabora, ainda dizendo que aos poucos vem se efetivando, e com o tempo abrindo espaços e mecanismo para o assunto, com apoio da Direção e do Departamento de ensino.

P1 e P2 revelam que em linhas gerais a inclusão vem sendo positiva na instituição.

P1: “Avalio essa inclusão como avanços que eles têm. Talvez não cheguem ao nível dos outros colegas, mas a minha avaliação é nesse sentido”.

P2: “Tivemos que começar a inserir nos editais e aí hoje em dia já está bem efetivado já tem alguns anos que tem essa opção.”

Essas respostas mostram o quanto já se avançou em termos de inclusão nesse curso técnico do Rio Grande do Sul. Nas próximas páginas discutiremos sobre os caminhos percorridos para que as inserções de alunos com DI mostrem resultados positivos.

5.3 INCLUSÃO: UM DESAFIO PARA OS DOCENTES

A atuação de professores, diante de alunos, é fundamental e de importância para que o ensino seja levado ao discente, de maneira que produza resultado. Que por sua vez, é essencial para que uma educação de maneira democrática e eficaz aconteça. A formação inicial e continuada dos docentes é apontada na literatura como central, a fim de que esses profissionais possam promover transformações e efetivar a inclusão (MATOS; MENDES, 2015; SILVEIRA; ENUMO; ROSA, 2012; TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016; VILARONGA; MENDES, 2014).

Mas diante de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, ou alguma deficiência, os professores questionados nesta pesquisa mostram-se receosos, e dizem muitas vezes não saber como ensinar, sentem-se despreparados.

Podemos observar no relato do professor: *P1: [...] “os primeiros alunos que eu trabalhei eu tive bastante dificuldade, não existia um preparo, foi amadurecendo durante o processo”*.

Diante do novo, do diferente, é por natureza do ser humano sentir-se com medo, com receio. Ser professor é estar em constante contato com um universo diversificado. A instituição educacional é o lugar por exigência onde os diferentes se encontram.

Quando falamos em quais os maiores desafios da inclusão na EPT, novamente aparece com um fator os professores. A Coordenadora fala: *“Inicialmente, foi a aceitação pelo corpo docente, pois todos tinham muitas dúvidas”*.

Para técnica em assuntos educacionais, os professores ainda que inseguros buscam ajuda de bolsista. Pelo projeto, surgiu como uma necessidade diante da legislação de 2016, que previa reserva de vagas para pessoas com deficiências nas instituições federais. A TE fala: *“Os professores ficaram inseguros e sentiam-se despreparados para o ingresso de estudantes com deficiência [...]. Para tentar que a inclusão acontecesse de fato, elaboramos o projeto, que tem nos ajudado com ações, que o Departamento de Ensino ainda não realizava de modo contínuo”*.

A TE, também, aponta como um desafio diante a EPT o desprendimento de professores frente a estudantes com deficiência e dificuldade de aprendizagem. *“O maior desafio numa escola que oferta Educação Profissional é a sensibilização de*

alguns professores. Há um entendimento de que os estudantes devem ser submetidos a educação rígida e pouco flexível, pois precisam formar profissionais de excelência”.

A sensibilização dos professores, frente aos alunos é um fator importante uma vez que, para a identificação do nível de aprendizagem que se encontra o aluno, ter um olhar mais individual é necessário. Assim podendo planejar ações pedagógicas que atendam a demanda dos alunos. Essa atenção é mais importante quando se tem alunos incluídos. Pois exigem, por vezes adaptações, maneiras diferentes de explicar o conteúdo.

A Educação por excelência deve-se levar em consideração cada sujeito. A fim de ser professor é desdobra-se para passar conhecimento de qualidade, mas sobretudo levar em consideração o sujeito em sua totalidade. *TE corrobora dizendo; “Alguns, às vezes, se frustram por não conseguirem avanços e sucesso no processo de ensino-aprendizagem. Outros aprovam o estudante por “pena”. Mas todos buscam melhorar”.*

Contudo, dúvidas, sempre farão parte da docência, uma vez que, estamos em constante mudanças, e desafios educacionais. Porém buscar ajuda, referências é preciso. Frente às demandas de alunos com DI, buscar conversar com outros profissionais, até mesmo o apoio da EE e dos bolsistas é válido. Eixo temático podemos analisar que os professores encaram a inclusão como um desafio, por vezes com medo, por não saber, como incluir os estudantes. A instituição então oferece o apoio da Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED), rodas de conversa, e o projeto com auxílio de bolsistas, para com que os professores se sintam preparados e possam diminuir a lacuna das dúvidas.

5.4 IMPORTÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E CAED

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades. Assim podendo estar em todos os âmbitos educacionais desde a Educação infantil ao ensino superior. É possível observar nas instituições a necessidade de se ter profissionais na área da EE para auxiliar no processo de inclusão de estudantes.

O Profissional/Professor de Educação Especial visa realizar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponibilizar os recursos e serviços e orientar

quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Observa-se que a Educação Especial está alinhada à perspectiva da educação inclusiva ao conceber que na escola cada aluno seja atendido de acordo com suas necessidades e dificuldades, com recursos e metodologias que proporcionem seu desenvolvimento e aprendizado (MIRANDA, 2001).

O trabalho desenvolvido na instituição de pesquisa CAED tem como objetivo, o acesso a permanência, a promoção da aprendizagem, a acessibilidade e as ações afirmativas. Estrutura-se a partir do Observatório de Ações de Inclusão e de três subdivisões: Acessibilidade, Apoio à Aprendizagem e Ações Afirmativas Sociais, Étnico Raciais e Indígenas.

Com a Resolução nº 33/2015, que regulamenta o processo de acompanhamento pedagógico, a Coordenadoria de Ações Educacionais vem promovendo o acompanhamento pedagógico dos estudantes da UFSM. O serviço de atendimento ao estudante passa a ser realizado institucionalmente pela CAED, que agrega, ainda, as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Acessibilidade (criado em 2008) e pelo Núcleo de Ações Afirmativas (com ações vigentes desde 2007, mas oficialmente como Núcleo desde 2016).

Atualmente, o Apoio à Aprendizagem da CAED-UFSM tem como foco a aprendizagem e a conclusão de curso dos estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, visando contribuir para o enfrentamento de dificuldades no contexto universitário e o melhor aproveitamento acadêmico. Trabalha com orientações e discussões de questões pertinentes ao processo educativo, como forma de sugerir possibilidades de superação das dificuldades encontradas, contribuir para que os estudantes aproveitem ao máximo suas potencialidades e favorecer os processos de ensino, aprendizagem e educação continuada. (FIORIN, 2018, p. 105-106).

Quando falamos na importância do apoio da CAED o professor P1 relata: que foi um fator importante para que a inclusão dos alunos acontecesse em sua prática pedagógica; *“ponto extremamente positivo, sem as orientações da CAED e da supervisão de ensino aqui onde tem a o pessoal que é formado em pedagogia e mestrado e doutorado nessa área digamos a contribuição foi muito grande”*.

Levando em consideração que a Educação Especial perpassa todos os níveis e modalidades, essa participação efetiva desses profissionais nesses segmentos federais também é de muita valia e importante no processo de inclusão.

Pesquisas, também, apontam a relevância desses núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, no contexto da Rede Profissional e Tecnológica que tem desenvolvido várias ações no contexto de Educação, Ciência e Tecnologia.

TE: "A Educação Especial nos ensina, nos ajuda e por isso tem sido fundamental no processo. Tenho certeza que não teríamos avançado no processo de inclusão se não fosse a Educação Especial, para nos amparar e nos dar o norte, nos mostrar os caminhos e nos ajudar a entender quem é esse público".

Profissionais qualificados, na EE podem trazer calma e respaldo científico para os docentes. Uma vez que as demandas educacionais são muitas, educadores podem se valer de modalidades de ensino tais como o Ensino Colaborativo, tecendo parcerias entre professores de ensino regular, e assim sendo dominante do seu conteúdo do currículo, e a EE uma vez que possam conversar e planejar juntos questões adaptativas para cada demanda do sujeito. Vilaronga e Mendes corroboram:

O trabalho baseado no ensino colaborativo, também conhecido como coensino, entre professores de educação especial e da sala regular, faz parte da proposta de alguns países para a inclusão escolar de alunos com deficiência, sendo esta apontada como uma das mais relevantes. No Brasil, esse modelo não é conhecido e/ou realizado pela maioria dos municípios, sendo utilizado apenas em casos pontuais e experimentais. (VILARONGA; MENDES, 2014, p. 142).

Segundo Capellini (2004), o ensino colaborativo é uma alternativa pedagógica com a função de fazer acontecer a inclusão, envolvendo os dois de forma direta, Os professores da sala de aula, que corresponde a cada disciplina juntamente com o profissional da Educação Especial. Capellini (2004) colabora falando que o ensino colaborativo é uma estratégia didática inclusiva em que os profissionais em uma atividade conjunta planejam, de forma colaborativa, ou seja, um ajuda o outro nos procedimentos de ensino com estudante com deficiência, considerando ajustes, adaptações, acessibilidades.

Ainda segundo Capellini (2004), no ensino colaborativo, dois professores, com formações específicas, formam um trabalho sistemático, com suas habilidades e funções definidas para ensinar grupos heterogêneos, em cenários inclusivos. Assim, os profissionais têm cada um sua responsabilidade de planejar e implementar o ensino e a disciplina na sala de aula. Todavia os benefícios são para todos os

envolvidos, podendo aprender dos saberes dos demais e, com isso, o beneficiário maior será sempre o aluno.

O P3 diz: *“Creio que nós, professores, não somos preparados/formados para atender perfeitamente alunos com deficiência intelectual, até porque são cursos profissionalizantes que, muitas vezes, demandam de um aprendizado mais profundo”*.

Embora a Instituição, junto com as políticas Públicas, tenha avançado e mostrado resultados positivos por meios de articulações feitas a CP diz: *“Atualmente, nosso maior desafio é a falta de profissionais da área de Educação Especial, que atuem no colégio para podermos avançar mais na inclusão”*.

Vilaronga (2021), corrobora dizendo que a qualidade do AEE na escolarização de pessoas com deficiência ainda está aquém do esperado, por falta de profissionais qualificados e outros empecilhos encontrados no dia a dia dessas instituições federais.

Embora as diretrizes garantam que a Educação Especial se trata de uma oferta de serviço transversal, o qual deve ocorrer em todas as modalidades e etapas de ensino, na instituição em pesquisa, não há no quadro de servidores professor de educação especial. Porém a instituição conta com apoio dos bolsistas e CAED, como mencionado acima.

5.5 ARTICULAÇÕES PEDAGÓGICAS E ADAPTAÇÕES

Flexibilização e adaptação curricular são alternativas no âmbito educacional, que podem ser utilizadas como mecanismo para as dificuldades de aprendizagem. A realização de adaptação curricular, deve ser feita quando necessário, para tornar as avaliações, dinâmicas de aulas, atividades, apropriadas às peculiaridades dos alunos com deficiência. Com enfoque na sua aprendizagem.

Com base na Resolução nº 1 CNE/CEB, de 15 de maio de 2009, às adaptações curriculares devem considerar o sentido básico e instrumental dos conteúdos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados (BRASIL, 2009).

Essa ação leva ao favorecimento de rompimentos das barreiras educacionais, que impedem alunos com DI de participar das atividades acadêmicas.

Olier (2018), diz que para a flexibilização do currículo, é importante que o professor se detenha em algumas questões tais como: participação de todos, objetivo a ser atingido, apoio e adaptação (quando necessários), considerar diferentes formas de registro e conseqüentemente de avaliação, potencializando as habilidades que o aluno apresenta.

Segundo Blancon (2004), as adaptações curriculares individuais são ações significativas com modificações nas metodologias, objetivos, conteúdos e critérios de avaliação. Nessa, é considerada a avaliação inicial do aluno, sendo construída entre a equipe multidisciplinar, especialistas e os professores.

Hoffmann (2009) diz que o processo avaliativo é centrado nos aspectos educacionais, e não apenas no entendimento imediato dos conteúdos; faz crítica, e questionamentos sobre as atribuições de notas, conceitos de médias e cálculos, no que tange atividades avaliativas. Para a mesma, a questão avaliativa, precisa ser um dos fatores de mediação, que tenha como objetivo a reorganização dos saberes constituídos. É necessário fazer aulas com movimentos e provocações que gerem uma troca intelectual de conhecimentos, que alcance a todos. Os estudantes estão em evolução, em diferentes ritmos e caminhos singulares, o professor deve estimulá-los a progredir sempre, com diferentes práticas pedagógicas e metodologias.

Na pesquisa o P1 fala que busca estar atento às necessidades educacionais dos seus alunos. Fazendo atendimentos mais direcionados e individuais, mesmo em horários extra a aula.

Isso mostra o quanto o professor precisa ser comprometido com a profissão que escolheu. O seu foco e objetivo deve ser o entendimento, a aquisição do conhecimento do aluno. E o ser professor responsável por propor meios que o levem a uma aprendizagem positiva. P1 diz *“No meu processo de avaliação e em aula eu procuro dar um acompanhamento um pouco mais próximo desses alunos e digamos assim, se eles entenderam, se eles precisam de ajuda, se tem alguma dificuldade, e faço atendimento fora do horário. [...] essas práticas pedagógicas que facilitam a aprendizagem, facilita a aprendizagem dos de todos os alunos. Porque é individual, né? Cada um tem o seu tempo querendo ou não”*.

Estudantes com deficiência precisam em muitos casos adoção das medidas adaptativas. Não basta inserir o aluno no contexto educacional, é preciso dar condições de acesso, permanência, aprendizagem e socialização. O Art. 28, item III,

da Lei Brasileira de Inclusão determina que a instituição deve se adaptar ao aluno, seja com projetos, ajuda de profissionais ou até mesmo núcleos de acessibilidades, para que às necessidades e características legítimas e individuais desses sujeitos sejam atendidas, que tenham acesso ao currículo em condições de equidade.

Para Pletsch et al. (2017), a construção da educação inclusiva, a variedade e flexibilidade de um currículo, é um fator central para o público alvo da Educação Especial. Essa modificação pode ocorrer em vários aspectos, tais como: estratégias de atividades pelos professores, para dar conta da heterogeneidade de uma turma e em específico às necessidades educativas dos alunos. P1 fala ainda: *“O maior desafio eu vejo como digamos assim é por parte dos professores, parece que não há uma conscientização que existe esse problema, que eles precisam de ajuda individual, que precisa adaptar, não ocorre no paisagismo mas eu observo isso em outros cursos em que digamos assim, a procura por alunos com deficiência e é menor,”*

Para Heredero (2010), às necessidades de alunos com deficiências requerem respostas educacionais adequadas com flexibilizações curriculares. Cada aluno tem seu próprio tempo de aprendizagem. Diante disso, é preciso reconhecer e respeitar as individualidades, proporcionando ao sujeito com deficiência aprender os mesmos conteúdos, mas com adequações necessárias do currículo, que podem ser referentes a agrupamentos e novas organizações temporais. Para a TE: *“A maioria, felizmente, conversa com as bolsistas, com as servidoras do Departamento de Ensino e envia as avaliações para a CAED, para adaptações”.*

A servidora diz, ainda, que há diversas situações e que as adaptações não são um consenso.

TE: *“[...] as adaptações ainda é um entrave que precisa ser resolvido. Os professores têm resistência em relação a isso, talvez porque não compreendem realmente o que são as adaptações. [...] não é tornar a prova ‘mais fácil’, mas, sim, diante da deficiência tornar a avaliação mais acessível, criando condições necessárias para que se efetive o máximo possível de aprendizagem”.*

Em relação às articulações pedagógicas realizadas no colégio para estudantes com deficiência são realizadas ações multiprofissionais, que conta com apoio da CAED e bolsistas do projeto. Para tanto a técnica em assuntos educacionais fala que:

TE: “São realizadas reuniões com os professores, momentos de formação e os estudantes também têm sido atendidos pela bolsista da Educação Especial, participante do projeto, e pelos profissionais da Coordenadoria de Ações Educacionais, conforme a necessidade de cada um”.

TE: “Os bolsistas auxiliam nas adaptações, estabelecem relação com os professores, a fim de oferecer apoio para as dúvidas”.

Esse apoio é importante para que o desenvolvimento da aprendizagem e o crescimento pessoal e profissional do estudante tenha validade.

P3: “Os professores recebem orientações sobre as dificuldades de cada aluno com DI e apoio para criar as avaliações desses alunos (as), de acordo com cada caso”.

Também como elemento das articulações de ensino a CP diz: *“Em 2018, quando a lei de cotas iniciou, fomos percebendo a necessidade de contarmos com o apoio de mais pessoas, pois não temos nenhum profissional da área da Educação Especial, para atuar, quando necessário”.*

Segundo a Coordenadora do projeto, encontros e conversas sobre a inclusão e diferentes formas de ensinar e aprender, são desenvolvidos na Instituição a fim de que dúvidas, receios sejam sanados, por parte dos professores.

CP: “[...] com o compartilhamento de experiências, em encontros, palestras e reuniões sobre cada situação de alunos, aos poucos, essas dificuldades foram diminuindo”.

P3: “Temos o apoio da Direção de Ensino do Politécnico e do Núcleo de Acessibilidade (com educadores especiais) que podem auxiliar na adaptação dos instrumentos de atividades e avaliação”.

Podemos observar que a instituição amparada pelas leis, busca formas de articulações, para que os alunos sejam atendidos, pela Educação Especial. A CAED desenvolve um trabalho multiprofissional, a fim de abarcar as demandas também do curso técnico. Ajudando por vezes nas dúvidas, rodas de conversas e adaptações de atividades e avaliações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas apontam os avanços do que se refere a Educação de pessoas com Deficiência intelectual. Na pesquisa presente, em uma instituição pública, na Educação Profissional e Tecnológica, foi possível constatar que o processo de inclusão é tomado de desafios, tanto para a direção de ensino quanto para os professores, que por vezes dizem se sentir despreparados, pois, vem de uma formação bacharel, não possuindo uma licenciatura na qual possibilite conhecer, mais sobre desenvolvimento, dificuldades de aprendizagem e da própria deficiência.

Podemos constatar, também, às vezes incompreensão dos professores no que tange à adaptação de avaliações, uma vez que não compreende sobre a mesma. Outro contrapondo é que a instituição não conta com um servidor com formação em Educação Especial.

A pesquisa mostra de forma positiva o processo de inclusão de alunos com Deficiência Intelectual. Com articulações pedagógicas, entre a Direção de Ensino, professores e a Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED), contando com o apoio do projeto, com atuação de bolsistas junto, desses alunos. Favorece também, rodas de conversa, para a comunidade acadêmica a fim de minimizar as lacunas, da desinformação sobre a inclusão de pessoas com deficiência. Assim contribuindo para uma evolução no ensino e aprendizagem dos sujeitos. Professores se mostram comprometidos com a aprendizagem dos alunos, buscando formação e informação de maneira a fazer mudanças em suas práticas pedagógicas.

Por fim, sugere-se a presença de Profissional de Educação Especial, para dar suporte aos professores e aos estudantes. Fazendo expandir e se efetivar a inclusão de todos os alunos na instituição. Através de metodologias de ensino, como o ensino colaborativo.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES (AAIDD). **Intellectual Disability**: definition, classification and systems of supports 2010.

BECKER, K. L. Como a deficiência afeta a educação e o trabalho de jovens no Brasil. **Nova Economia**, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 1009-1039, 2019. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/4077>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BLANCO, R. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 290-308.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.296, 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v.2004. Seção

BRASIL. Decreto nº 6.94. 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Decreto n. 7.611. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.048, 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.098, 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da redação original da LDB, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2008. Seção Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 10 jan 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 nov. 2020.

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021 resolução n. 1 CNE/CEB, de 15 de maio de 2009.

Canguilhem, G. (2002). O normal e o patológico. 5.ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Forense Universitária. Aletheia 32, p.195-197, maio/ago. 2010.

CAPELLINI, V. L. M. Avaliação das possibilidades de ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental. 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial) Universidade Federal de São Carlos. 2004. http://www.bdt.d.ufscar.br/tde_arquivos/9/TDE-2005-04-08T05:35:31Z-584/Público/Tese LMFC.pdf.

CONCEIÇÃO, A. M. S. da; MACHADO, V. R. A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 124-136, 2022. DOI: 10.36732/riep.v4i2.258. Disponível em: <http://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/258>. Acesso em: 11 jan. 2023.

FORTES, V. G. G. de F. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na UFRN: a percepção dos acadêmicos**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2005.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação mediadora**: uma relação dialógica na construção do conhecimento. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LIMA, M. P. de. **Educação profissional de pessoas com deficiência**: um estudo na cidade de São Paulo. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2012. 189 p. : il.

MANICA, L. E. A educação profissional formal e não formal das pessoas com deficiência no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 1998-2023, out./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n4.out./dez.2017.9320>. E-ISSN: 1982-5587.

MANZINI, E.J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais [...]** Bauru: USC, 2004. CD-ROM. ISBN:85-98623-01-6. 10 p.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 1, p. 9-22, 2015.

MENDES, E. G. Desafios atuais na formação do professor em educação especial. **Revista Integração**, Brasília, DF, v. 24, p.12-17, 2002.

MENDONÇA, T. J. B. de; CARAMORI, P. M.; VILARONGA, C. A. R. ACESSIBILIDADE PARA O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 17, n. 43, p. 27–51, 2022. DOI: 10.48075/educare.v17i43.28656. Disponível em: <https://e-vesta.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/28656>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 34, 2009. Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/273>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SILVA, J. C.; PIMENTEL, A. M. Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 29, e2904. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAR2193>. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVA, S. das G. O. A Relação Família/Escola. **Educação e Ciência**, 2008. VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014.

VILARONGA, C. A. R.; SILVA, M. O. DA; FRANCO, A. B. M.; RIOS, G. A. Inclusão escolar e atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no Instituto Federal de São Paulo. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 102, n. 260, p. 283-307, jan./abr. 2021. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102.i260.4585>

VOLANTE, D. P.; MENDONÇA, T. J. B.; VILARONGA, C. A. R. **Diálogos Sobre a Escolarização De Estudantes Com Deficiência Intelectual Na Educação Profissional**. Tear: Canoas, v. 11, n. 2, 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. 2. ed.. Porto Alegre: Bookman. 2001.

APÊNDICE A - QUESTÕES DA ENTREVISTA

1. Nome:
2. Idade:
3. Qual sua Formação de atuação?
4. Qual o tempo na instituição?
5. Qual cargo ocupa na Instituição?
6. O que entende por inclusão?
7. Tem quantos alunos com deficiência intelectual incluídos?
8. Como percebe o processo de inclusão no Colégio?
9. Quais os maiores desafios na prática da inclusão?
10. Quais as articulações de ensino aprendizagem são realizadas para alunos com DI?
11. Como a Educação Especial tem ajudado neste processo?
12. Como é a recepção dos professores frente a alunos com deficiência?
13. Como você percebe esses alunos nos cursos técnicos profissionalizantes?
14. Em relação a família, como é a relação da instituição com a mesma?
15. Em relação aos sujeitos com deficiência intelectual, como acontecem as adaptações de atividades, materiais...

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Eu Vitória Rodrigues, matrícula 201820230, estudante de graduação em Educação Especial, noturno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), estou realizando uma pesquisa para um projeto acadêmico intitulado "**ARTICULAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**" sob a orientação da professora Sabrina Fernandes de Castro e está vinculado ao trabalho de conclusão de Curso. Este trabalho tem como objetivo descrever ações pedagógicas no contexto educacional da instituição de ensino técnico, de alunos com Deficiência Intelectual.

O (A) Sr (Sr^a) _____ está sendo convidado a participar da pesquisa, mas é importante lembrar que a sua participação não é obrigatória e a qualquer momento pode desistir de participar e retirar o consentimento. Sua recusa não dará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. O procedimento não causará nenhum dano à integridade dos participantes e sua identificação será mantida sob sigilo. Poderá haver desagrado em alguns momentos com relação ao tempo despendido para o questionário e em alguns assuntos abordados. Sua participação auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos proporcionando maiores informações e discussões que podem trazer benefícios para a área de Educação Especial. Assim, os dados obtidos na entrevista serão apresentados em forma de projeto acadêmico e poderão ser apresentados em forma de artigo ou de resumo em congressos, seminários e publicados em diferentes meios como relato de pesquisa. Todas as informações obtidas serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo nominal de todos os envolvidos.

Eu, _____ declaro aceitar participar da pesquisa e também declaro estar ciente de que minha participação é voluntária, podendo ser solicitado o desligamento a qualquer momento e que minha identidade

será preservada. Confirmando que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, O pesquisador me informou que o projeto faz parte do seu trabalho acadêmico, do curso de Licenciatura em Educação Especial - Noturno, da Universidade Federal de Santa Maria.

Santa Maria, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Responsável Legal

Vitória Parodes Rodrigues
(55) 996325928

Orientadora: Sabrina Fernandes de Castro